



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1199/06	DATA: 21/11/2006
INÍCIO: 15h06min	TÉRMINO: 15h55min	DURAÇÃO: 49min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 49min	PÁGINAS: 18	QUARTOS: 10

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CELCITA PINHEIRO – Deputada Federal; IVALDO OSVALDO DIEHL – Ex-Prefeito de Canarana, Mato Grosso; ENIL PEREIRA DE SOUZA MORAES – Advogada da Deputada Celcita Pinheiro.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.
--

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 35ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Antes de oficialmente dar seqüência à pauta prevista dos nossos trabalhos, gostaria de solicitar aos Srs. Conselheiros permissão para fazer uma homenagem ao Senador Ramez Tebet, que, mais do que tudo em sua vida congressual, marcou sua presença neste Poder, presidindo o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Nestas circunstâncias, para que se fixe o sentimento de todos nós, trouxe por escrito a manifestação de carinho e de saudade ao conterrâneo e coestaduano, Senador Ramez Tebet.

Por isso, aproveito a oportunidade para falar em nome da minha mocidade distante. Venho por mim mesmo, tributário que sou do mesmo tempo, da mesma formação que abrigou historicamente a mocidade de Ramez Tebet, e chego por considerá-lo um político diferente, expressando entre todos nós seu devotamento e sua fidelidade ética.

Ramez, meu contemporâneo da vida de acadêmico no Rio de Janeiro, seu colaborador na relatoria da Comissão de Sistematização da Constituinte do recém-Estado de Mato Grosso do Sul — ainda quando estava marginalizado do processo político, sem os meus direitos —, meu colega de profissão, meu colega de Congresso Nacional, meu amigo, exalto-o magoado e saudoso, chorando um homem público de minha região, com todas as virtudes de representá-la idealmente.

Ramez Tebet, o mais puro de todos da nossa geração, um homem honrado, competente, ilustre, generoso, simples e bravo, legou à história política de Mato Grosso do Sul não somente a doação de seu talento, mas o exemplo de que vale a pena ser decente na vida pública.

Ramez Tebet será lembrado com advogado obstinado, patrocinando as boas causas; como político que, na simplicidade ou na singeleza, mostrava forças potenciais invencíveis que, na hora da luta e da definição, afloravam e arrebatavam na singularidade de sua pessoa humana. O que indico como seus exemplos todos os sul-mato-grossenses conhecem, no conceito que eu apresento.



Assisti à agonia do meu inesquecível amigo Ramez, um homem limpo, marido de Fairte, pai extremoso de Eduarda, Simone, Ramito e Rodrigo, avô amantíssimo de 4 lindas netas. Por tudo isso concluo que fez de seu tesouro doméstico, que enobreceu sua vida, as próprias coroas de seu caixão.

Termino: pranteio o amigo desaparecido e digo aos colegas do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que o Senador Ramez merece um epitáfio simples das palavras dos homens de sentimentos: o homem de bem. Nada mais. *(Pausa.)*

Encontra-se sobre a bancada cópia da ata da 34ª Reunião. Indago aos Srs. Conselheiros presentes se há necessidade de lê-la?

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Não, Sr. Presidente. Em função de termos recebido cópia da ata com antecedência, sugiro que seja dispensada sua leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Aprovado.

O Presidente do Conselho de Ética, Deputado Ricardo Izar, solicitou que justificasse sua ausência. Problemas de saúde impediram que S.Exa. aqui viesse, pela primeira vez na existência do Conselho de Ética. Talvez seja até necessário, depois de uma abertura dessa natureza, uma pitada de humor: deve ser ressaca, ainda, de sua reeleição.

O Sr. Deputado Coronel Alves solicita justificar aos membros deste colegiado a impossibilidade de seu comparecimento nas datas sugeridas para prestar esclarecimentos, uma vez que se encontra em licença médica no período de 17 de novembro a 1º de dezembro. Vamos remarcar o dia de sua oitiva para após essa data.

O Sr. Deputado Wellington Roberto protocolou na Secretaria do Conselho solicitação de dispensa das testemunhas arroladas na sua defesa, relativa ao Processo nº 87/06 (Representação nº 131/06), cujo Relator é o Deputado Nelson Marquezelli.

O Procurador do Deputado Wellington Fagundes também protocolou petição de igual teor, requerendo a desistência da oitiva de todas as testemunhas arroladas na defesa apresentada neste Conselho.



Vou deixar de submeter à apreciação do Conselho, para votação, tais requerimentos, por ausência de *quorum*, o que não nos impede, entretanto, de seguir o caminho normal do nosso trabalho. (*Pausa.*)

Reconsidero minha afirmação, porque o nobre colega acaba de dar legalidade para a continuidade no nosso procedimento.

Temos o Requerimento nº 267/06, do Sr. Deputado Eduardo Valverde.

Assunto: requer ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba a cópia da prestação de contas de Daniela Veloso Borges Ribeiro Novaes de Araújo, candidata, no pleito de 2004, a Vice-Prefeita de Campina Grande, Paraíba, para a juntada aos autos do processo em epígrafe, e arrolar como testemunha Divaldo Martins Soares Júnior, Chefe de Gabinete do Representado, Deputado Enivaldo Ribeiro.

Requerimento nº 276/06, do Sr. Eduardo Valverde.

Assunto: requer diligência de solicitar ao setor de segurança da Câmara dos Deputados informações sobre registro do acesso às dependências da mesma dos Srs. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin, Rodrigo Medeiros Freitas, Marcelo ou Fernando, com destino ao gabinete do Deputado Enivaldo Ribeiro, no período de junho a julho de 2005.

Requerimento nº 268/06, do Sr. Eduardo Valverde — Representado o Deputado César Bandeira.

Assunto: requer o depoimento do Sr. Raniel de Oliveira Souza, ex-assessor do Representado, Deputado César Bandeira.

Requerimento nº 275/06, do Sr. Eduardo Valverde.

Assunto: requer diligência de solicitar ao setor de segurança da Câmara dos Deputados informações sobre registro do acesso às dependências da mesma dos Srs. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin, Rodrigo Medeiros Freitas, Marcelo ou Fernando, com destino ao gabinete do Deputado César Bandeira, no período de junho a julho de 2005.

Requerimento nº 269/06, do Sr. Eduardo Valverde — Representado o Deputado João Batista.

Assunto: requer o depoimento do Sr. Marcelo Antônio de Andrade, Chefe de Gabinete do Representado, Deputado João Batista; e, ainda, da Sra. Patrícia de Siqueira Pinto, esposa do Sr. Marcelo Antônio de Andrade.



Requerimento nº 277/06, ainda da pauta de hoje.

Assunto: requer diligência de solicitar ao setor de segurança da Câmara dos Deputados informações sobre o registro de acesso às dependências da mesma do Srs. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin, Rodrigo Medeiros Freitas, Marcelo ou Fernando, com destino ao gabinete do Deputado César Bandeira, no período de junho a julho de 2005.

Requerimento nº 270/06, do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame — Processo nº 69/06 (Representação nº 113/06), Representado o Deputado Nilton Capixaba.

Assunto: requer informações à Administração do Hotel Meliá Brasília:

a) se Luiz Antônio Trevisan Vedoin e/ou Darci José Vedoin são proprietários de unidades habitacionais naquele complexo;

b) se há registro de estada deles em alguma data do mês de agosto de 2005, supostamente no apartamento 601, bem como de pessoas identificadas que os tenham procurado ou visitado ali; e, ainda

c) se há registros internos de vídeo, no período de 21 a 31 de agosto de 2005, nas dependências em que situada a unidade que Luiz Antônio Trevisan Vedoin e/ou Darci José Vedoin possuem ali ou onde se hospedaram no mês de agosto de 2005.

Requerimentos do Sr. Nelson Trad — Processo nº 68/06, Representado o Deputado Neuton Lima.

Requerimento nº 271/06.

Assunto: requer diligências junto ao Departamento de Pessoal desta Casa dos nomes dos assessores do Representado a partir de 2003.

Requerimento do Sr. Nelson Trad — Processo nº 56/06, Representado o Deputado Jonival Lucas.

Requerimento nº 272/06.

Assunto: requer diligência de convocação, como testemunha, do Sr. Iomar de Oliveira Tavares Filho, ex-assessor do Representado.

Finalmente, Requerimento nº 273/06, do Sr. Nelson Trad, Representado o Deputado Fernando Gonçalves.

Assunto: requer diligência de convocação, como testemunha, do Sr. Marco Antônio Lopes, assessor do Representado.

Requerimentos do Sr. Anselmo, Representado o Deputado João Correia.



Requerimento nº 274/06.

Assunto: requer ao Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin documentos comprobatórios de viagens a Brasília, no mês de janeiro de 2006.

Requerimento nº 278/06.

Assunto: requer o comparecimento do Sr. Ronivon Santiago, ex-Deputado.

Requerimento do Sr. Nelson Marquezelli, Representada a Deputada Laura Carneiro e Representado o Deputado Wellington Roberto.

Requerimento nº 279/06.

Assunto: solicita a dispensa de oitiva das testemunhas arroladas pelo Relator nos referidos processos.

Requerimento do Sr. Herculano Anghinetti — Processo nº 39/06, Representada a Deputada Edna Macedo.

Requerimento nº 280/06.

Assunto: requer seja intimada a Deputado Edna Macedo a adequar o rol de testemunhas de até 5 no processo disciplinar à previsão do art. 8º do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, no prazo de 24 horas.

Requerimento nº 281/06.

Assunto: requer a oitiva de testemunhas dos Srs. Otávio José Bezerra Sampaio, filho e ex-assessor parlamentar; e Marcelo Antônio de Andrade, Chefe de Gabinete do Deputado João Batista, ambos já qualificados nos autos.

Requerimentos do Sr. Herculano Anghinetti — Processo nº 64/06, Representado o Deputado Marcondes Gadelha.

Requerimento nº 282/06.

Assunto: requer que a oitiva das testemunhas apresentadas pela defesa dos Srs. Antônio Mendonça, Dr. Gilson Espínola Guedes, Carlos Chagas Filho e Deputado Vilmar Rocha seja prestada após as testemunhas arroladas no Requerimento 283/06.

Requerimento nº 283/06.

Assunto: requer a oitiva de testemunhas dos Srs. Francisco M. Azevedo e Paulo de Tarso Nogueira.

Requerimento sobre a mesa que a Presidência passa a ler, do Deputado Zenaldo Coutinho: *“Sr. Presidente, na qualidade de Relator do processo em*



referência, venho solicitar a V.Exa., ouvido o Plenário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, seja o Representado Deputado José Divino oficiado a fim de que voluntariamente colabore com os trabalhos deste colegiado, abrindo o seu sigilo bancário, em razão do que consta no depoimento do Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin na Justiça Federal, de 3 a 11 de julho de 2006, confirmado perante este Conselho, de que teria realizado depósitos na conta pessoal do Representado, do Banco do Brasil, agência da Câmara dos Deputados”.

Ainda do Deputado Zenaldo Coutinho, requerimento na seguinte ordem: “*Sr. Presidente, na qualidade de Relator dos processos acima referidos, venho requerer a V.Exa., ouvido o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sejam designados os dias 28 e 29 de novembro de 2006 para a tomada de depoimento dos Representados Deputado Cabo Júlio, Érico Ribeiro e José Divino”.*

Está em discussão.

Ninguém querendo discutir, vamos colocar em votação.

Os que são favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Vamos dar seqüência aos trabalhos, mas antes quero fazer uma saudação, em nome do Conselho, se assim me permitir o colegiado, ao ilustre Senador da República Jonas Pinheiro, que aqui se encontra e merecidamente recebe esta homenagem pelo conceito e pela sua conduta incensurável como Parlamentar nesses anos de vivência na Casa.

A Mesa convida a Deputada Celcita Pinheiro e a advogada Enil Moraes a integrarem a Mesa.

A Mesa chama a ilustre Relatora, Deputada Ann Pontes, a assumir seu lugar.

A Mesa vai conceder a palavra à ilustre Deputada Celcita Pinheiro, para fazer as suas considerações pelo tempo que achar necessário e com a calma suficiente que a sua consciência está lhe dando neste momento.

A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - Eu gostaria de cumprimentar o Presidente desta Mesa, a Relatora, a minha advogada, os Vereadores de Canarana, que se encontram presentes, o Senador Jonas Pinheiro, Srs. Conselheiros. Eu gostaria de começar dizendo a respeito dos acontecimentos, do sofrimento, da



angústia e da humilhação que a gente passou durante essas denúncias a nosso respeito. Eu fui uma das últimas que foi colocada no *Jornal Nacional* a respeito de uma coisa que realmente eu tenho minha consciência tranqüila que não cometi. Gostaria de dizer isso, porque os meus adversários no Estado de Mato Grosso usaram de tudo isso para fazerem uma campanha difamatória contra minha pessoa e também para aproveitar tirar votos a meu respeito, porque eu estava com uma campanha quase vencedora. Quero dizer aos senhores que a derrota na eleição pra mim não foi sofrida, porque não nasci política. Nasci mulher, Celcita Pinheiro, professora e estou muito bem tranqüila sobre isso, mas tenho a minha honra a zelar perante minha família, perante meus amigos e perante os eleitores que acreditaram em mim, apesar de tudo isso. Quero dizer também que quando foi publicado na imprensa a respeito disso, meus adversários pegaram, tiraram fotocópia e distribuíram como se fosse um boletim informativo para todo o Estado de Mato Grosso. A respeito disso também o meu partido ainda abriu uma resolução na Comissão de Ética do PFL dizendo que eu seria expulsa ou cassaria minha candidatura. Mais uma vez, meus adversários pegaram isso e foram de porta em porta dizendo que eu não seria mais candidata, porque o meu partido estaria me expulsando. Então, mais um desgaste moral para mim e para minha família também. Então, isso foi de porta em porta, não foi no jornal, não foi nada disso. Mas o que me restou? Restou fazer minha defesa na Comissão de Ética, onde fui absolvida, mas acho que era muito tarde para me recompor. Depois, na CPMI, apresentei minha defesa, trouxe toda ela aqui, mas eu tenho a impressão de que ela não foi lida nem também eu pude me defender. O que me restou foi fazer uma defesa no plenário e dizendo que eu tinha a minha honra, que era o único bem que eu possuía, e, através dessa minha honra, ia lutar até a última conseqüência. Nem que fosse antes de morrer eu provaria minha inocência. E ali, então, fiz meu pronunciamento, dizendo tudo isso, e para que eu pudesse realmente me recompor diante dos meus amigos, diante da minha família, diante do meu Estado de Mato Grosso. E quero dizer para os Srs. Conselheiros que eu não tenho nada, nada, nada a respeito. Estou aqui com a minha consciência tranqüila, que não recebi cheque de ninguém, como já foi na CPMI. Lá ele já disse que não houve cheque, não havia nada ali que pudesse me condenar. Então, lá eu já podia ser absolvida. Mas vim até aqui, na Comissão de



Ética, podia ir na Corregedoria, que podia também analisar meu processo. Mas vim aqui na Comissão de Ética, não sei por que motivo e também não me vem ao caso. Acho que todos os Parlamentares sabem que o Orçamento não é uma coisa que você coloca hoje para amanhã você receber o dinheiro, nem para passar para os Municípios. A gente coloca, é um trabalho muito longo, muito difícil para que a gente possa realmente receber essas emendas. Quero dizer para os senhores também que eu não coloquei emenda para atender lobistas nem para atender ninguém por causa de cheque. Eu coloquei emendas, todos os anos. Era o meu compromisso de política trabalhar só pela área social. Eu trabalho só nesta área: com a camada mais pobre, com jovens, com crianças e com a terceira idade. Esse era o meu trabalho. E os Municípios que eu coloquei eram Municípios que eu visitei. Ou era visita minha ou era pedido de Vereadores, de Prefeitos que realmente precisavam. Quero começar explicando por Canarana. Canarana foram os Vereadores que vieram ao meu gabinete, trouxeram ofício por escrito para o Distrito de Kuluene, que era distante 80 quilômetros, para que pudesse trazer as pessoas para esse Município. Foi aí, então, que eu atendi, coloquei a emenda, batalhei para que ela fosse realmente atendida. Nem foi essa empresa que ganhou, realmente foi outra empresa que ganhou, tinha nada a ver com eles. Colíder, por exemplo, a emenda foi colocada porque lá havia uma instituição de abrigo de velhos em que eles tinha uma Kombi. E nessa Kombi carregavam o doente e nessa Kombi carregavam alimentação para as pessoas daquele abrigo. Então, visitando lá, eu disse: *“Olha, seria bom colocar uma ambulância para a Prefeitura, para que ela pudesse também, ou através de comodato ou cessão, para que realmente essa instituição pudesse ser servida por essa ambulância”*. Então, por aí que saiu. Saiu também para Santo Antônio do Leverger, que é a cidade que eu nasci, que eu sou de lá, onde Mimoso é uma comunidade muito distante do pantanal, onde as pessoas têm dificuldades de chegar até Cuiabá pela doença, por um acidente. Então, foi colocado ali, em Santo Antônio do Leverger, uma ambulância para atender esse Distrito. E foi atendido, que parece que ele cita ali que não teve nada, que foi uma licitação muito clara. E outro parece que ele disse que era de Marilândia, mas meu pedido foi Marcelândia. E Marcelândia estava inadimplente, então não pôde ser atendido, e no final apareceu Nova Marilândia, quando ele cita que não compraram, não houve nenhum acordo,



quer dizer, não houve a compra da ambulância. Não sei o que aconteceu com essa comunidade. E por isso eu quero... que eu digo... Então, todas essas emendas minhas foram feitas dessa forma, atendendo realmente a comunidade. E quando ele diz aqui nos cheques que foram colocados, que ele foi citado ali na Polícia Federal, então ele cita que entregou pra mim, que foi descontado. Eu quero dizer para os senhores que não foi entregue a mim e não foi descontado, que ele mesmo na CPI já disse. Quando ele relatou lá para o Senador Amir Lando, ele já disse lá que não houve nada: *“Ela não recebeu nada, nem pelas emendas também não recebeu nada”*. Então, lá na CPMI ele já foi claro que não havia recebido nada e também aqui, no Conselho de Ética, ele também já disse isso para esta Comissão. Quero dizer para os senhores também que, quanto a essas emendas, claro que o Parlamentar é que indica os Municípios que vão ser colocados os recursos. Qual é o nosso papel? Todo mundo aqui sabe que o nosso papel é montar os projetos, anunciar para os Prefeitos, acompanhar nos Ministérios todas as emendas, acompanhar nos Ministérios, batalhar para que elas sejam realmente alocadas e entregues aos Prefeitos. Aí termina o nosso papel. Eu, pelo menos, não sei nem qual é o rumo de uma licitação, nunca acompanhei uma licitação, nunca fui a um Município falar de licitação, nunca fui nem no Município entregar ambulância; nunca fui. Pode olhar fotografia, perguntar para todos os Prefeitos, nunca fui entregar uma ambulância em Município nenhum. Não fui porque realmente a minha obrigação é até aí para entregar realmente, anunciar para os Municípios. Agora, a licitação fica por conta da Prefeitura. E para isso acho que no País existe Tribunal de Contas e existe também a AGU, que pode muito bem fazer esse acompanhamento e verificar tudo isso. Então, eu acho assim, quando eu estou aqui realmente, para mim, que foi dito que todo mundo já tem aí, que das emendas de 2003, 2004, 2005 não houve... Em nenhum momento fala que houve um pagamento para mim entre pagamento de propina ou pagamento para ajuda por ter indicado uma emenda para eles. Isso não houve em lugar nenhum. Então, eu me sinto neste Conselho de Ética realmente mais até para saber o motivo, o questionamento que vocês Conselheiros têm para fazer para mim, porque eu quero dizer para os senhores que eu tenho a minha consciência tranquila de que eu não cometi nenhum, nada, nada disso que foi, não peguei cheque, não tenho cheque, nem sabia do cheque. Fiquei sabendo quando eu



fui indiciada. Eu fui atrás pra saber o que era o problema do meu indiciamento. Então me disseram lá: *"A senhora tem um cheque"*. *"Mas que cheque é esse?"* Fui atrás, não podia verificar porque estava em sigilo de justiça, mas todo mundo já sabia que havia um cheque, menos eu. Então, fui lá, fui atrás, fui procurar, fui saber. Então, se vocês observarem, o cheque está em seqüência de números, não há nenhum lugar falando que foi creditado, que alguém pegou, que alguém depositou, que foi carimbado. Nada disso existe nesse cheque, pelo menos que está aqui no meu processo que eu vejo. Então, eu quero dizer para os senhores que era isso que queria falar para os senhores. Sinto-me assim... Até hoje me sinto aliviada por já estar aqui para realmente responder para os senhores todos aqueles questionamentos, aquelas dúvidas que os senhores têm a meu respeito, a respeito desse processo, que queria colocar à disposição da Relatora, Deputada Ann Pontes, para que ela possa e vocês Conselheiros possam realmente... E também até que eu possa alguma coisa que eu não consegui, porque eu não seria capaz de gravar todos os acontecimentos que ocorreram no processo. Então, Presidente, eu me coloco à disposição de todos os Conselheiros e quero dizer a única coisa que eu posso falar para os senhores: eu realmente sou inocente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Tem a palavra, como Relatora, a Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, Sr. Senador, Sra. Deputada Celcita Pinheiro, Sra. advogada, senhoras e senhores, boa-tarde.

Antes de iniciar os meus questionamentos, eu acredito que seja também pertinente lembrar que, se V.Exa. concorda, tão logo encerremos a oitiva da Deputada Celcita, podemos ouvir a testemunha arrolada pela Deputada, Sr. Evaldo Diehl, para que pudéssemos dar prosseguimento à instrução probatória e, assim, agilizar o trabalho.

Deixo registrado que a Deputada colocou que teria sido uma das últimas a serem incluídas no rol da CPMI, e cabe o registro aqui: a Deputada foi a primeira que apresentou a sua defesa perante o Conselho de Ética. O que eu posso garantir a V.Exa. é que aqui, neste Conselho, V.Exa. terá assegurado o seu direito a ampla



defesa e, é claro, ao estabelecimento do contraditório. Serei breve, como é do meu estilo: objetivo, sem maiores rodeios. Formulei aqui a V.Exa. 5 questionamentos. Se porventura não entender, eu repito para que fique bem claro. O primeiro: Deputada, em que circunstâncias V.Exa. teve contato com os Vedoins, isto é, como foi a abordagem? Quem a senhora conheceu primeiro? O Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin ou o Sr. Darci José Vedoin?

A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - Eu quero informar à senhora que a pessoa que eu conheci primeiro foi o Sr. Darci, porque era do meu Estado. A gente conhece porque ele viaja também. Toda segunda-feira em que a gente vem para cá, ele vem, e toda quinta-feira, a gente volta, e ele volta também. Então, ele era a pessoa que a gente conhece, porque é do meu Estado e porque tem essa facilidade de encontrar.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Como foi a primeira abordagem?

A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - A abordagem acho que é cumprimento no avião. Quando a gente encontra no avião, vem no mesmo avião, então, ali o cumprimento é a abordagem dentro do avião.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, foi meramente uma saudação? Em momento algum, falou em emenda, em ambulância, ou coisa desse tipo?

A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - Não, em momento nenhum.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Na defesa de V.Exa., V.Exa. alega que foi fazer uma visita à sede da PLANAM. Feita essa visita à sede da PLANAM e na qual, na defesa de V.Exa., V.Exa. alega que foi convidada, deduzo eu que pelo Sr. José Vedoin, para conhecer as instalações, feita esta visita, V.Exa. manteve outros contatos com os Vedoins?

A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - Eu não mantive contato. O contato, dizendo para a senhora, Relatora, é esse contato da viagem, de a gente vir aqui, de a gente encontrar no corredor, porque ele estava sempre aqui na Câmara, de a gente encontrar e conversar, mas conversa assim *“Como vai?”*, *“Bom-dia”*, *“Boa-tarde”*. Tudo isso. Agora, quanto à ambulância, à emenda, não houve esse assunto não.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Só então para precisar, Deputada: o convite para conhecer as instalações da sede da PLANAM foi feito de forma informal pelo Sr. José Vedoin?

A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - Sim, de forma informal, porque, quando você chega aqui na Câmara, você recebe aquela imensidão de panfleto de ambulância, de tudo quanto é coisa que tem respeito a emenda, você recebe no seu gabinete. Então, ele me convidou para conhecer essa fábrica que ele tinha lá em Mato Grosso. É do meu Estado, da minha cidade, Cuiabá. Eu peguei e fui lá conhecer, como eu fui conhecer todas as emendas que eu vi, eu fui conhecer para ver como é que era, eu fui conhecer. Conheci. Eu tenho certeza absoluta que eu passei olhando onde que é e nem sei onde fica hoje, nem sou capaz de ir lá mais. Fui conhecer realmente. Passei nas mesas olhando as pessoas, saí pela porta e fui embora para a minha casa.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. Então, esse convite foi feito muito provavelmente no avião e não no gabinete de V.Exa.?

A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - Não. Foi feito no avião, para que a gente pudesse realmente conhecer as instalações. Porque, naquela época, eu pensava que só em Santa Catarina para lá se fazia isso. Ele falou: "*Não. Eu tenho uma empresa que já faz tudo isso*".

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. Na visita à sede da PLANAM, V.Exa. estava acompanhada de mais alguém, isto é, de um assessor ou de outro Parlamentar?

A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - Não, fui sozinha. Fiquei só com o Sr. Darci. Ele que me acompanhou a todas as dependências lá na casa.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Exa. teve conhecimento se outros Parlamentares foram convidados a visitar a empresa?

A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - Não sei.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O Sr. Luiz Antônio Trevisan alega que foi dado a V.Exa., a título de ajuda de campanha em 2002, 2 cheques da empresa Santa Maria no valor de 25 mil cada. O que V.Exa. tem a nos dizer sobre essa alegação?



A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - Olha, eu posso garantir o que estou dizendo: eu não recebi, ele não me entregou esse dinheiro, não me entregou mesmo. Mesmo que fosse para ajuda de campanha, ele poderia me entregar. É uma coisa natural, porque qualquer empresa pode dar para ajuda de campanha. Inclusive, eu, até nessa discussão, abri o meu sigilo bancário de 2002. Eu tenho 2 contas bancárias: uma do meu salário de professora, porque sou aposentada no meu Estado, e a outra aqui da Câmara. Peguei e abri o sigilo bancário para ver se havia ali algum depósito colocado na minha conta. Não havia, não apareceu nada, porque realmente eu não peguei o cheque, eu não recebi e também não descontei. Não tenho conhecimento disso.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. Por fim, Deputada, V.Exa. alguma vez manteve contato com Prefeitos do seu Estado a pedido dos Vedoins, seja do Sr. Luiz Antônio ou do Sr. Darci José, para acertar as condições em que seriam realizadas as licitações das suas emendas parlamentares para compra de ambulâncias?

A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - O último contato meu com Prefeito era para avisar que já tinha sido depositado dinheiro na conta dele. Só. É tanto que não houve, assim, esse interesse meu para que eles ganhassem a licitação, que teve município em que eles não foram contemplados, eles não ganharam. Teve município que nem saiu nada, ficou dinheiro na conta e não foi nem executada a venda de ambulância.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sra. Deputada. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Relatora, V.Exa. solicitou que ouvíssemos uma testemunha logo. A testemunha já se encontra presente. Tem apenas a inscrição do Deputado Edinho Bez e do ilustre Deputado Zenaldo.

Com a palavra, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Caro Presidente, minhas colegas Deputada Relatora Ann Pontes e Deputada Celcita, advogada Enil Souza Moraes, meu colegas, primeiro, Sr. Presidente e meus colegas, dizer que estou atuando pela primeira vez nesta Comissão. Estou substituindo um colega do meu partido, o PMDB. De maneira que não acompanhei em detalhe o processo. Por isso, não vou



fazer qualquer indagação nesta oportunidade. Apenas iria citar o caso dos cheques, mas já foi feito pela nobre Relatora e respondido prontamente pela nossa Deputada Celcita. Dizer que, embora não conhecendo o processo, que lamento, mas é inevitável, a exploração política. E não foi só com a nobre Deputada, mas com tantos outros colegas. Não estou aqui isentando ninguém e nem acusando, mas, infelizmente, na vida pública, pessoas menos qualificadas exploram esse tipo de coisa, de comportamento, e acabam denegrindo a imagem de pessoas inocentes.

Por isso, a minha manifestação, caro Presidente, nesta oportunidade é mais para registrar o meu ingresso nesta Comissão a partir deste momento e torcer para que as nossas consciências funcionem isentas de cor partidária ou de qualquer outro motivo, com o objetivo de se fazer justiça àqueles que merecem.

Essa é a minha manifestação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o nobre Deputado Zenaldo Coutinho.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO - A título apenas de esclarecimento, Deputada, dei uma lida no seu processo e ouvi os questionamentos da Relatora. Eu queria apenas confirmar: V.Exa. está aqui no Conselho de Ética apenas porque foi acusada de ter recebido 2 cheques, que não foram descontados, como ajuda de campanha, e esses cheques não aparecem, não estão carimbados, e os próprios Vedoins dizem que não deram nenhum dinheiro mais para a senhora, e que teriam sido apenas esses 2 cheques fantasmas que até hoje não apareceram, que não têm carimbo, que não têm absolutamente nada, é apenas isso?

A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Vamos prosseguir com a instrução, chamando a testemunha que foi arrolada pela defesa da Deputada Celcita Pinheiro: Evaldo Osvaldo Diehl, que está convidado a participar de nossos trabalhos como testemunha convidada.

Eu agradeço a V.Exa., nobre Deputada, colega, a sua colaboração com o Conselho de Ética.



A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO - Eu que agradeço também. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Sra. Relatora, Deputada Ann Pontes, a Presidência concede a palavra a V.Exa. para inquirição da testemunha.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Eu acredito que seria interessante que a testemunha fizesse a sua qualificação, para que ficasse registrada nos Anais do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Por gentileza, V.Sa. declare o seu nome e profissão; a idade até não precisa.

O SR. EVALDO OSVALDO DIEHL - Evaldo Osvaldo Diehl, comerciante, ex-Prefeito de Canarana, Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Eu solicito, Sr. Evaldo, que V.Sa. assine este termo de compromisso:

“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 33/06, Representação nº 75/06, instaurado contra a Deputada Celcita Pinheiro.”

O SR. EVALDO OSVALDO DIEHL - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra a Deputada Relatora Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Evaldo, há quanto tempo o senhor conhece a Deputada Celcita?

O SR. EVALDO OSVALDO DIEHL - Devo conhecer há uns 20 anos.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Sa. Poderia nos precisar como se deu esse conhecimento, se foi na lida política?

O SR. EVALDO OSVALDO DIEHL - Não, eu a conheci mais depois que ela foi Deputada. Antes, por ser esposa de Deputado, Senador, a gente tinha um conhecimento já.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O senhor tem conhecimento sobre se a Deputada Celcita exercia alguma influência junto a Prefeitos de Mato Grosso para beneficiar os Vedoins?

O SR. EVALDO OSVALDO DIEHL - Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O senhor tem conhecimento sobre se a Deputada Celcita recebeu alguma proposta de ajuda de campanha dos Vedoins?

O SR. EVALDO OSVALDO DIEHL - Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O senhor tem conhecimento, ou o senhor conhece os Srs. Vedoins?

O SR. EVALDO OSVALDO DIEHL - Conheço muito pouco.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O senhor poderia nos precisar o que é esse "muito pouco"?

O SR. EVALDO OSVALDO DIEHL - Por exemplo, como Prefeito, a gente não tinha muita... As obras que... Eles mais mexiam com saúde, então, a gente não tinha muita ligação com eles.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Eu me sinto satisfeita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Satisfeita? (*Pausa.*)

Algum conselheiro quer inquirir a testemunha? (*Pausa.*)

Está encerrada a instrução em relação a V.Sa.

Antes, quero...

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - V.Exa. quer fazer perguntas?

A SRA. ENIL PEREIRA DE SOUZA MORAES - Só para ficar assim confirmado, eu gostaria que o senhor me respondesse. Houve, pela Deputada Celcita Pinheiro, qualquer contato no sentido de direcionar ou acertar condições nas quais deveriam ser realizadas as licitações, cujos recursos eram oriundos das emendas por ela apresentadas?

O SR. EVALDO OSVALDO DIEHL - Não, nunca pediu para ser direcionado para alguma empresa.

A SRA. ENIL PEREIRA DE SOUZA MORAES - Também me sinto satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Esta Presidência agradece a presença aos Srs. Parlamentares.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sr. Presidente, eu gostaria de, antes de nós encerrarmos esta sessão, solicitar dispensa da oitiva dos Srs. Darci Vedoin, Ronildo Pereira Medeiros e da Sra. Maria Estela da Silva, pois já tenho condições de apresentar o meu relatório com base nos depoimentos colhidos no Conselho de Ética e nos documentos enviados pela CPMI.

De modo que, de acordo e com base no inciso IV do art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, eu solicito encerramento da instrução probatória, para que eu possa proferir o meu parecer no prazo de 5 sessões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - O Conselho quer se manifestar a respeito da solicitação da nobre Relatora? (*Pausa.*)

Deferido. É claro que a segunda solicitação também será atendida pela Secretaria, marcando dia e hora para a decisão dessa representação.

A Presidência agradece a presença aos Srs. Conselheiros, agradece a presença à ilustre advogada, agradece a presença e a colaboração a V.Sa., que veio como testemunha, e agradece também à Deputada Celcita Pinheiro.

Antes de encerrar, eu quero avisar, através da indicação da ilustre Secretária deste Conselho, Teresinha Miranda, que, aliás, tem desenvolvido um trabalho extraordinário — quero que fique registrado isso nos Anais do nosso Conselho —, que, na próxima semana, na quinta-feira, dia 23 de novembro, às 10h, haverá oitiva do Deputado José Militão.

Está encerrada a sessão.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Está “desencerrada” a sessão.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - (*Risos.*) Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Não é na próxima semana. Só um adendo: é nesta semana, não é na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Na próxima?

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - V.Exa. falou na próxima semana.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - É?

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - É esta semana?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Quinta-feira, 23 de novembro,
às 10h.

Está encerrada a reunião.